

A DESCONSTRUÇÃO DA ESCRITA ORTOGRÁFICA DA LÍNGUA PORTUGUESA OFICIAL: O CASO DOS ANTROPÔNIMOS

Alice Maria Teixeira de Saboia

Universidade Federal de Mato Grosso / UFMT
asaboia@terra.com.br

RESUMO: O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa oficializou as letras W, Y e K como integrantes do alfabeto e disciplinou seu emprego, em face da escrita das palavras do léxico comum e dos nomes próprios de pessoas físicas e jurídicas e de nomes de lugares. Este trabalho demonstra que os antropônimos não se têm subordinado às regras de escrita estabelecidas, abrindo um fosso entre o sistema oficial de escrita da língua portuguesa e a representação gráfica adotada livremente, desvinculada da aplicação de regra de qualquer sistema ortográfico, conhecido ou não.

PALAVRAS-CHAVE: Nomes próprios personativos. Sistema ortográfico. Língua portuguesa oficial. Representação gráfica. Variação gráfica. Antropônimos.

ABSTRACT: The Orthographic System of Portuguese Language establishes that W, Y and K integrate the official portuguese alphabet. The official text of this Accord treats, too, about the rulers of formal writings of personal nouns and places. So, this paper concerns about some aspects of linguistic and political discussion of written portuguese language and demonstrates the consequences on the writing forms of personative nouns that don't follow the official system of Orthographic Accord of 1990, besides using inconsistent forms with any orthographic system, known or not.

KEY-WORDS: Orthographic system. Portuguese language. Personative nouns. Graphic variation. Personative nouns of Brazilian people.

Introdução

Nada mais atual nos tempos recentes que o ancilar Crátilo, de Platão. Aliás, não é exagero afirmar que toda reflexão universal é

sempre atual, ainda que venha de tempos imemoriais. As grandes questões que remontam à Antiguidade dizem respeito às origens do universo, da vida, da linguagem, enfim, de tudo. Passados todos os tempos, as perguntas, simples que sejam, ainda não foram satisfatoriamente respondidas até o presente momento da história, apesar dos inimagináveis avanços científicos e de sua consequente tecnologia cada vez mais sofisticada.

Qual a origem do universo? De onde e como surgiu a vida no universo e no planeta? Há outros universos? Há vida em outros planetas do sistema solar? Qual é a origem da vida? Qual é a origem da linguagem? Como surgiram os nomes? Os nomes tiveram sua origem na natureza ou são decorrentes de convenção entre os homens?

No mundo ocidental, deve-se a Platão a primeira discussão organizada das questões atinentes à origem da linguagem, no seu famoso Diálogo de Crátilo. A discussão simulada entre os personagens Crátilo e Hermógenes, que representavam posicionamentos contrários, entre si, lançou as bases das duas perspectivas clássicas de resposta àquelas perguntas: enquanto o primeiro afirma a origem natural da linguagem, o segundo assegura que a linguagem é produto de convenção.

O fato é que a tradição filosófica ocidental, com berço na Grécia, consagrou esses posicionamentos que, de fato, assentavam-se em linhas de reflexão fundadas em bases pré-socráticas: a posição defendida por Crátilo (Platão) originou-se em Heráclito, de Éfeso, e a de Hermógenes (Aristóteles) em Demócrito, de Abdera., de sorte que já àquela época, quiçá anteriormente, tais preocupações povoavam a mente dos filósofos gregos, os chamados pré-socráticos, como Heráclito e Demócrito.

Importa aqui, mais de perto, comentar a tese de Demócrito, porque dela extraem-se aspectos que interessam à discussão deste texto. Nef (1993: 10) menciona que, em defesa de sua tese convencionalista, Demócrito sustentou-a nos seguintes fenômenos semânticos importantes, constatados, segundo ele, na linguagem humana: a homonímia (coincidência, ou repetição de nomes, para pessoas e

coisas distintas); polionímia (existência de nomes diferentes para coisas pertencentes à mesma classe de objetos); a metonímia (mudança dos nomes, mesmos que não haja mudança nos objetos) e a anonímia (falta de correspondência sistemática formal, entre derivados, nas diferentes classes gramaticais).

No que tange à homonímia, em face da coincidência de nomes de pessoas, as sociedades antigas encontraram soluções diferenciadas, ou seja, do que se pode constatar, historicamente, cada povo adotava um critério diferenciado identificador ou individualizador. Assim, entre os gregos, o nome do lugar de procedência da pessoa, acompanhava, por necessidade de marcação, o prenome, por isso, Tales de Mileto, Crates de Malos, Parmênides de Eleia, Demócrito de Abdera, etc., só para citar alguns exemplos.

Entre os povos da Palestina, agregava-se ao prenome a informação sobre a filiação. Assim, Jesus, filho de José e Maria, ou ainda, Abel e Caim, filhos de Adão e Eva (Genesis). Aliás, recurso utilizado, como dado de identificação formal em documentos oficiais como o registro geral de identidade, carteira de trabalho e, principalmente na certidão de nascimento, no mundo ocidental.

Entre os romanos, a identidade, naqueles tempos, evidenciava o cargo, o papel, ou uma qualidade, que acompanhava o prenome, por isso, por exemplo, Catão, o Censor, tradição que se difundiu entre os povos colonizados pelo Império Romano, motivo pelo qual se encontram, na história, identificações como Dom Manuel, o Venturoso, Dona Maria, a Rainha Louca, mas, também, Frei Henrique de Coimbra. A historiografia oficial é prenhe desses exemplos.

Mais modernamente, tem-se no Brasil, principalmente entre figuras de destaque na mídia, e especialmente entre jogadores de futebol, certos usos: Ronaldo, o Fenômeno, Renato Gaúcho, Ronaldinho Gaúcho, Juninho Pernambucano, Júnior Baiano etc.. Ou seja, na atualidade, os brasileiros utilizam, nesses casos, os dois critérios (qualidade e origem da pessoa), como marca de identidade individual, exclusiva, destacada.

Pelos contornos até agora delineados, circunscreve-se este trabalho ao cruzamento de alguns aspectos linguísticos, antro-

pológicos, filosóficos e de política do idioma, em face da língua portuguesa no Brasil, tomando como *corpus* ilustrativo da proposta de trabalho um elenco de nomes próprios personativos (tecnicamente prenomes), extraídos de listas de *e-mails* institucionais, de jornais eletrônicos, de listas nominais exibidas em produção cultural da mídia televisiva, enfim, de fontes múltiplas, o que lhe confere um bom grau de generalização, de confiabilidade e verossimilhança, de seus dados, tomados como representativos do perfil linguístico-cultural e ideológico da sociedade brasileira contemporânea, neste particular.

A discussão, do ponto de vista sociolinguístico, não se pode furtar à consideração de um aspecto crucial: a variação que afeta qualquer manifestação linguística, oral ou escrita, oficial ou não. Situa-se, pois este trabalho na confluência desses parâmetros: escrita, sistema oficial de escrita, escrita da língua portuguesa oficial, variação linguística, variação da representação escrita de nomes próprios personativos e o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor.

Não se aborda aqui a questão da acentuação gráfica, porque ela já foi objeto de outro trabalho da mesma autora. Este trata da escrita de nomes próprios personativos, tendo em vista tão somente o nível segmental, excluía, pois, qualquer apreciação envolvendo o suprasegmental.

A discussão teórica

Pode-se, com tranquilidade, creditar ao eminente mestre franco-suíço Ferdinand Saussure o mérito de inaugurar, na Era Moderna, as discussões voltadas para as variações linguísticas, lançando sobre essas discussões a aplicação dos critérios metodológicos, na abordagem científica da linguagem humana articulada, pelas suas famosas dicotomias: *langue-parole*, relações sintagmáticas-relações associativas ou paradigmáticas, sincronia-diacronia, significante-significado, mutabilidade e imutabilidade do signo.

Para ele, as realizações concretas, no âmbito discursivo (*parole*), exercem uma pressão no sentido das mudanças, enquanto o sistema (*langue*) apresenta resistência a tais mudanças, estabelecendo-

se, desse modo, um jogo de forças antagônicas, entre si, na tensão dialética entre a mutabilidade e a imutabilidade do signo (Saussure, 1977: 85-98).

No bojo, ainda, dessa discussão, é lícito afirmar-se, também, até porque consente entre os linguistas de modo geral, que a língua oral é, constantemente, submetida às variações da fala, enquanto que a língua escrita, dada a sua natureza e, em decorrência do seu papel histórico, está mais resguardada de frequentes mudanças, ainda que elas terminem por ocorrer.

Nesse jogo de tendências contrárias e contraditórias que se desenvolve no interior dos sistemas linguísticos, o fato é que a língua ganha uma certa permanência no tempo, posto que, em face de um dado equilíbrio dessas forças, ela se conserva, em suas estruturas e, ao mesmo tempo, atualiza-se, constantemente, de tal modo a servir à comunicação em qualquer tempo e em quaisquer circunstâncias, o que se efetiva em face das mudanças decorrentes da variação linguística.

Aliás, não é precipitação afirmar que as variações constituem mudanças linguísticas em curso e que poderão, ou não, ganhar corpo no sistema da língua. Assumem-se, aqui, dentro desta discussão as concepções de língua, sob a perspectiva saussuriana, acrescidas de outras concepções não conflitantes, como, por exemplo, a de Benveniste. Nessa medida, entende-se que a língua, enquanto sistema, comporta diferentes normas, definidas estas de acordo com critérios diastráticos e diatópicos, tomando-se aqui também a contribuição de grande pensador da linguagem, Eugenio Coseriu, a essa discussão.

Dito assim, tem-se que as variações e, em consequência, as mudanças linguísticas alcançam todos os níveis de formulação, tanto no plano do conteúdo, quanto no plano da expressão, para mencionar aqui Louis Hejmslev, outro famoso teórico da linguagem. Não é sem razão que Honvault (1995, 10-17) retoma essa questão, frisando ainda o fato de que esse fenômeno se verifica, quer se trate do registro oral, quer se trate do registro escrito das línguas.

Na sequência, tem-se que o estatuto da variação linguística, em sua face ortográfica (que não se confunde com a variação gráfica,

dado o cunho oficial daquela), atinge em especial o léxico dicionarizado, confrontando-se, não raro, o sistema da língua com o sistema de escrita, o que tem criado um fosso entre uma representação linguística oficial e legítima da língua portuguesa, porque compatível com o sistema da língua, e uma representação oficial alienígena, porque estranha, como vem ocorrendo nestes tempos de globalização.

Como se sabe, esse fenômeno desponta como mais um instrumento, eficiente de dominação sobre os outros povos, conforme bem o definiu Bidermann-Pasques & Humbley (1995, 57-65). Enfatiza esse teórico, em especial, as culturas anglo-saxônicas, das quais origina-se esse fenômeno que alcança todos os setores da vida, com claros reflexos no mercado de bens, materiais e simbólicos; portanto, também, na cultura, em geral e, conseqüentemente, nos sistemas linguísticos dos povos sujeitos a esse processo.

O chamado processo de globalização da economia que ganhou corpo nas últimas décadas do século XX tem se estabelecido de tal modo que já dá mostras de que se consolida, embora sua feição comece a passar por transformações advindas da crise do capital nos países do chamado Primeiro Mundo. É de se ter em conta, no entanto, que seus tentáculos continuam crescendo nos países emergentes, notadamente no âmbito das tecnologias e da cultura de massa, e a linguagem, por ser o instrumento que veicula, por excelência, a comunicação, inclusive e principalmente a de massa, não está a salvo dessa avalanche globalizante.

Desse modo, ao lado da apropriação de vocábulos provenientes das línguas dos países ricos e dominantes nesse processo (com predominância dos da língua inglesa), em face do léxico que reveste a importação da ciência e da tecnologia, subjacentes à importação de bens materiais e simbólicos, outras influências são igualmente determinantes.

Uma rápida passagem de olhos sobre qualquer texto jornalístico, desses que divulgam notícias populares, de interesse mais voltado para o cotidiano, permite verificar que a onomástica brasileira, no que tange aos nomes próprios personativos (prenomes, tecnicamente) exhibe uma face completamente distinta daquela que a

tradição consagrou. Nomes como Maria, José, João, Pedro, Antônio, Carlos, entre outros, passaram a ser raridade e, rapidamente, foram substituídos por Keithyanne, Kryslaine, Keithlynn, Wesley, Wescley, Yesley, Yarley e assim por diante.

No Brasil, a cultura popular, alimentada por políticas mais recentes, tem confundido, sistematicamente, democracia com democratismos e populismo, no caminho do anarquismo, particularmente no que tange à escrita dos nomes próprios personativos. Os reflexos dessa “politização”, associados às políticas públicas “globalizadas”, desastrosamente implantadas no sistema educacional e, em particular, no ensino da língua portuguesa, já apresentam resultados bastante significativos no conjunto da sociedade.

No que tange à intuição do que seja língua portuguesa, evidentemente os falantes-ouvintes nativos, notadamente aqueles de procedência mais desfavorecida, econômica e socialmente, já demonstram um razoável grau de afetação, se considerada a representação escrita que utilizam para seus respectivos prenomes, em que a influência do “processo de globalização” é um fato facilmente constatado.

Em outros trabalhos desta mesma autora, há mais de uma década, essa tendência, em face da escrita de itens do léxico comum, foi discutida e apontada, como segue:

As “invasões lingüísticas” são, pacífica e até festivamente, admitidas e assimiladas, inclusive como indicador de prestígio social e intelectual, manifestando-se, de forma contundente, na prática, em todos os setores da vida e da sociedade, em face mesmo da hegemonia dos meios de comunicação de massa que veiculam, indiscriminadamente, essas “invasões”.

Naquela mesma oportunidade, destacou-se um interessante texto de Carlos Lessa, publicado na Revista Ciência Hoje, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em uma colocação de rara felicidade, mais atual e pertinente que nunca:

As empresas globais veiculam, no mercado mundial, imagens, mensagens e ícones associados aos bens que produzem,

construindo o idioma do consumidor pós-moderno. Essa língua da globalização, pouco sofisticada e em permanente mutação, é adotada pela mídia para a cultura de massas. Os idiomas nacionais ficam cada vez mais circunscritos à alta cultura. Nesse novo idioma, o consumidor pós-moderno recebe, pela mídia, um volume esmagador de informações sobre sua inferioridade. Cria-se um “voyeurismo” popular masoquista: em lugar de sofrer por não ter, o espectador constrói seu lazer pela janela da mídia, que lhe dá a ilusão de conhecer a coisa. O acesso ao idioma supre em parte o não acesso às coisas.

Outro importantíssimo aspecto, discutido então por Lessa, diz respeito à noção de nacionalidade que é relegada, no seu entender, a um plano sem importância, porque a consciência de identidade nacional é suprida, nesse contexto, pelo “orgulho de estar no mundo”. É precisamente essa perspectiva que pode explicar e até justificar a opção que se tem feito, nos últimos anos, no Brasil, pela escrita de nomes próprios personativos fora de qualquer padrão, como se poderá constatar pelo inventário de prenomes que integra o corpo deste artigo.

No que tange às alterações constantes do Acordo Ortográfico, vale observar que, em sua grande parte, são insignificantes e incômodas, mas de repercussão tal que criam insegurança nos usuários, a ponto de, não raro, dizerem que a “língua portuguesa é uma espécie de código secreto”.

Evidentemente, discutir essa questão implicaria levantar várias preliminares, partindo, naturalmente, do alcance do termo língua, mais abrangente que escrita, pois esta pode ser apenas uma de suas representações. Tomar as intempéries do sistema ortográfico, convencionado por alguns estudiosos, usuários privilegiados, como “dificuldades” inerentes ao sistema da língua é, no mínimo, confundir uma imagem calidoscópica estilizada com a realidade em si mesma.

Em artigos anteriores, esta autora destacou o fato de que, segundo Honvault (1995, 10-17), todo e qualquer sistema de escrita repousa, fundamentalmente, em princípios que orientam a seleção e o uso dos sinais gráficos adotados. Para esse mesmo teórico da

linguagem, quase todos os sistemas de representação escrita são mistos, ou seja, engendram-se na codificação de suas formas, tanto para sua estabilização, quanto para sua atualização, do que decorrem consequências determinantes da necessidade de gestão da norma e de suas variações ortográficas, para manter-se o equilíbrio do sistema de escrita.

Desse modo, segundo ainda o mesmo autor, há dois grandes princípios que fundamentam os sistemas de escrita, a saber: a) o princípio da caracterização plerêmica semiográfica, segundo o qual as unidades gráficas estão em relação com as unidades de conteúdo da língua (morfemas e lexemas); e b) o princípio da caracterização cenêmica fonográfica, segundo o qual as unidades gráficas estão em relação com as unidades de expressão oral (fonemas, sílabas etc.).

Faz-se aqui uma aproximação entre essa formulação teórica e a teoria da dupla articulação da linguagem (Martinet), postulando-se que este último princípio está para a segunda articulação, assim como o primeiro está para a primeira articulação da linguagem.

Dentro dessa perspectiva, leva-se em conta, aqui, que o princípio da caracterização cenêmica fonográfica apresenta maior economia, quer seja do ponto de vista do arranjo de unidades — expressão aplicada no sentido matemático mesmo, da análise combinatória — estas em número limitado, quer pelo baixo custo de decodificação que proporciona a seu usuário.

Essas unidades dependem de sua posição e de sua distribuição, conforme o ambiente gráfico em que ocorrem. A sintaxe gráfica é, pois, determinante da definição da função dos grafemas, conforme apareçam no início, no meio ou no fim da escrita das palavras, ou, ainda, ocorram nas margens crescentes ou decrescentes das sílabas (letras consoantes), ou ainda em seu núcleo (letras vogais), no caso da língua portuguesa.

Em estudos de maior credibilidade, a descrição dos padrões silábicos da língua portuguesa (norma brasileira) encontra sua versão mais tradicional em Mattoso Câmara Jr., no seu clássico *Estrutura da Língua Portuguesa* (1996: 53-61). Lopes (1977, 146-149) também descreve esses padrões. Vale registrar, aqui, que a ambas as

descrições está subjacente o modelo estruturalista, de inspiração matemática, da teoria dos estados finitos, de Markov.

Não é demais lembrar que, conforme já afirmaram vários estudiosos da língua portuguesa, considerando esse aspecto, entre os quais se distingue Basílio (1974: 8-37), não existe uma correspondência “naturalmente adequada” entre as representações, oral e escrita, das línguas, porque toda e qualquer representação e, com mais força, a ortográfica, é indiscutivelmente convencional, como, de resto, testemunham todos os acordos assinados entre o Brasil e os demais países de língua portuguesa oficial.

Nos estudos acima citados e descritos neste trabalho, faz-se referência ao sistema da língua portuguesa, mas não especificamente a seu sistema ortográfico. Desse modo, é que se distinguem os padrões silábicos da língua oral dos da língua escrita e, mais, dos da ortografia portuguesa, aquele que mais de perto aqui interessa.

O ponto de partida deve ser, necessariamente, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, com os adendos para sua entrada em vigor, conforme os Decretos 6.583, 6.584 e 6.585, de 29 de setembro de 2008 e o Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 25 de julho de 2004.

“ANEXO I
ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA
(1990)
Base I

Do alfabeto e dos nomes próprios estrangeiros e seus derivados

1º) O alfabeto da língua portuguesa é formado por vinte e seis letras, cada uma delas com uma forma minúscula e outra maiúscula:

a	A	(á)	j	J	(jota)	s	S	(esse)
b	B	(bê)	k	K	(capa ou cá)	t	T	(tê)
c	C	(cê)	l	L	(ele)	u	U	(u)
d	D	(dê)	m	M	(eme)	v	V	(vê)
e	E	(é)	n	N	(ene)	w	W	(dáblio)
f	F	(efe)	o	O	(ó)	x	X	(xis)
g	G	(gê ou guê)	p	P	(pê)	y	Y	(ípsilon)
h	H	(agá)	q	Q	(quê)	z	Z	(zê)
		(i)	r	(erre)				
i	I		R					

Obs.: 1. Além destas letras, usam-se o ç (cê cedilhado) e os seguintes dígrafos: *rr* (erre duplo), *ss* (esse duplo), *ch* (cê-agá), *lh* (ele-agá), *nh* (ene-agá), *gu* (guê-u) e *qu* (quê-u).

2. Os nomes das letras acima sugeridos não excluem outras formas de as designar.

2º) As letras k, w e y usam-se nos seguintes casos especiais:

a) Em antropónimos/antropônimos originários de outras línguas e seus derivados: *Franklin*, *frankliniano*; *Kant*, *kantismo*; *Darwin*, *darwinismo*; *Wagner*, *wagneriano*; *Byron*, *byroniano*; *Taylor*, *taylorista*;

b) Em topónimos/topônimos originários de outras línguas e seus derivados: *Kwanza*, *Kuwait*, *kuwaitiano*; *Malawi*, *malawiano*;

c) Em siglas, símbolos e mesmo em palavras adotadas como unidades de medida de curso internacional: *TWA*, *KLM*; *K-potássio* (de *kalium*), *W-oeste* (*West*); *kg-quilograma*, *km-quilómetro*, *kW-kilowatt*, *yd-jarda* (*yard*); *Watt*.

3º) Em congruência com o número anterior, mantêm-se nos vocábulos derivados eruditamente de nomes próprios estrangeiros quaisquer combinações gráficas ou sinais diacríticos não peculiares à nossa escrita que figurem nesses nomes: *comtista*, de *Comte*; *garrettiano*, de *Garrett*; *jeffersônia/jeffersônia*, de *Jefferson*; *mülleriano*, de *Müller*, *shakespeariano*, de *Shakespeare*.

Os vocabulários autorizados registrarão grafias alternativas admissíveis, em casos de divulgação de certas palavras de tal tipo de origem (a exemplo de *fúcsia/ fúchsia* e derivados, *buganvília/ buganvílea/ bougainvillea*).

4º) Os dígrafos finais de origem hebraica *ch*, *ph* e *th* podem conservar-se em formas onomásticas da tradição bíblica, como *Baruch*, *Loth*, *Moloch*, *Ziph*, ou então simplificar-se: *Baruc*, *Lot*, *Moloc*, *Zif*. Se qualquer um destes dígrafos, em formas do mesmo tipo, é invariavelmente mudo, elimina-se: *José*, *Nazaré*, em vez de *Joseph*, *Nazareth*; e se algum deles, por força do uso, permite adaptação, substitui-se, recebendo uma adição vocálica: *Judite*, em vez de *Judith*.

5º) As consoantes finais grafadas *b*, *c*, *d*, *g* e *t* mantêm-se, quer sejam mudas, quer proferidas, nas formas onomásticas em que o uso as consagrou, nomeadamente antropónimos/ antropônimos e topónimos/topônimos da tradição bíblica: *Jacob*, *Job*, *Moab*, *Isaac*; *David*, *Gad*; *Gog*, *Magog*; *Bensabat*, *Josafat*. Integram-se também nesta forma: *Cid*, em que o *d* é sempre pronunciado; *Madrid* e *Valhadolid*, em que o *d* ora é pronunciado, ora não; e *Calecut* ou *Calicut*, em que o *t* se encontra nas mesmas condições.

Nada impede, entretanto, que dos antropónimos/ antropônimos em apreço sejam usados sem a consoante final *Jó*, *Davi* e *Jacó*.

6º) Recomenda-se que os topónimos/topônimos de línguas estrangeiras se substituam, tanto quanto possível, por formas vernáculas, quando estas sejam antigas e ainda vivas em português ou quando entrem, ou possam entrar, no uso corrente. Exemplo: *Anvers*, substituído por *Antuérpia*; *Cherbourg*, por *Cherburgo*; *Garonne*, por *Garona*; *Genève*, por *Genebra*; *Jutland*, por *Jutlândia*; *Milano*, por *Milão*; *München*, por *Munique*; *Torino*, por *Turim*; *Zürich*, por *Zurique*, etc.”

As regras acima transcritas deixam ver que, embora haja previsão de determinados usos não característicos da escrita da língua portuguesa, há limites traçados, de sorte que não se sabe, ao certo, qual a procedência da adoção de certas formas, na escrita de antropônimos, em clara dissonância com os padrões ortográficos tradicionais da representação oficial da língua portuguesa.

O quadro seguinte ilustra bem essa questão:

Escrita ortográfica	Transcrição fonológica
Fixo (quadro letras)	/'fikisu/ (seis fonemas)
Léxico (seis letras)	/'lekisiku/ (oito fonemas)
Campo (cinco letras)	/'kãpu/ (quatro fonemas)
Cravo (cinco letras)	/'kravu/ (cinco fonemas)
Guerra (seis letras)	/'gera/ (quatro fonemas)

Foram selecionadas, a propósito, algumas palavras, das quais se lançaram as respectivas transcrições fonológicas, com o fito de demonstrar, objetivamente, que não há correspondência adequada entre a forma oral e a forma escrita, ou entre a representação da forma oral (fonética e fonológica) e a representação escrita (gráfica ou ortográfica) da língua portuguesa.

O quadro acima, já utilizado em outros trabalhos da mesma autoria, é retomado no desiderato de, avançando na discussão sobre a

questão da representação escrita do idioma português, demonstrar, objetivamente, em que consiste a inadequação entre suas representações oral, escrita e ortográfica, para que se tenha a dimensão do grau de distanciamento existente entre os padrões silábicos de escrita da língua portuguesa, em sua feição ortográfica e a “despadronização” dos nomes próprios personativos, mais recentemente, adotados pela população brasileira, como adiante se demonstra.

De acordo ainda com Mattoso Câmara Jr. (1996, 53-61), todas as consoantes portuguesas podem aparecer no afixo de uma sílaba, ou seja, na sua margem crescente, mas apenas algumas ocorrem no declive, ou margem decrescente e, quando isso se verifica, elas travam a sílaba. Destacou, ainda, este eminente linguista o fato de que as sílabas travadas, ou fechadas, são muito menos frequentes (apenas as letras r, s, l, n, e m podem travar sílaba), do que as não travadas, em português, uma vez que o padrão silábico de mais alta frequência e de distribuição regular é o CV.

Padrões Silábicos da Representação Escrita da Língua Portuguesa:

- V - a, o
- V C - as, os
- V C C - aos, eis
- C V - pé, má, lá
- C V C - pés, pão, pai, mar
- C V C C - pais, tens, bens, perspectiva
- C C V - grave, prato, palavra
- C C V C - trem, cruz
- C C V C C - transporte, transgressão

Aí estão os padrões silábicos da língua portuguesa, norma brasileira.

A numeração logo abaixo deve ser lida como: Posição 1-C, Posição 2-C. V-N, núcleo da sílaba, Posição 3-C, Posição 4-C.

P1 P2 N P3 P4

Assim, quando houver referência às posições 1, 2, 3 e 4, quer-se fazer menção exatamente às posições ascendentes ou descendentes na sílaba, antes de seu núcleo e depois de seu núcleo.

Por outro lado, nos chamados encontros consonantais, apenas algumas letras consoantes podem ocorrer, compondo os arranjos. Assim, ocupando a segunda posição no grupo, podem ocorrer as letras r e l, constituindo, com as letras p, b, t, d, g, c, f e v, os grupos consonânticos pl, pr, bl, br, tl, tr, dl, dr, gl, gr, cl, cr, fl, fr, vl, vr; destes apenas o grupo dl não integra o padrão CCV. Além desses, há alguns arranjos mais raros que se podem verificar, quais sejam: gn, pn, ps, pt, mn, cn, ct, tm, tx, tz, como se constata nos exemplos seguintes: ctenário, mnemônico, pneumonia, psicultura, gnose, gnomo, pneu, pterigotos, psicólogo, tmese, txacamecra, tzar etc.

O sistema ortográfico da língua portuguesa comporta, ainda, no nível da representação segmental, os chamados dígrafos (qu, gu, ch, lh, nh, rr, ss, sc, xc e xs), entre os quais alguns sofrem restrição de ocorrência. Por exemplo, os dígrafos rr, ss, sc, xc e xs nunca ocorrem em início, ou em fim de palavra, sem vogal de apoio, nesse último caso. Os dígrafos lh e nh ocorrem em posição inicial apenas em raríssimos casos, cada qual e, assim mesmo, em empréstimos do tipo nhoque, lhama, lhano, lhaneza, lhanura e no pronome oblíquo lhe. Cabe aqui observar que apenas as letras consoantes r e s duplicam-se em dígrafos, o que não está previsto para as outras letras consoantes. Além disso, a letra h só forma dígrafo com n ou l.

Por outro lado, todas as cinco letras vogais podem ocupar o núcleo, ou o ápice, da sílaba e quatro delas podem ocorrer, também, como semivogais. Desse modo, apenas a letra vogal a mantém seu papel exclusivo de vogal. Neste trabalho, em face de suas características estruturais, as letras semivogais ocupam posição de consoante, motivo pelo qual integram, aqui, os padrões CCV (ditongos crescentes), VC, CVC (ditongos decrescentes) ou CVCC (forma plural dos ditongos decrescentes).

Resumindo, são padrões silábicos da representação ortográfica da língua portuguesa os seguintes: V, VC, VCC, CV, CVC, CVCC, CCV, CCVC e CCVCC. A sequência mais longa de letras con-

soantes, no meio de uma palavra da língua portuguesa, levando-se em conta o corpo da representação escrita, na sintaxe ortográfica, é de quatro letras, como em transcrição (CCVCCCCVCVC), lembrando, sempre que a letra n, em posição pós-vocálica, é representação da marca de nasalidade da vogal, o que determina, do ponto de vista fonêmico, que a maior sequência de consoantes nessa mesma condição, na língua oral, é de três segmentos.

Em linhas gerais, esses arranjos caracterizam a representação escrita segmental e ortográfica da língua portuguesa. Jamais, encontram-se, no sistema da escrita ortográfica portuguesa, sequências do tipo CCCV, ou CCCC, em início de palavra, constituindo, pois, essas formas alienígenas, anômalas, ou estranhas ao sistema da língua.

Desse modo, a tradição consagrou alguns procedimentos que sempre orientaram a assimilação dos empréstimos pela língua portuguesa, qualquer que seja sua origem. O predomínio do padrão CV e a tendência à inserção de uma vogal epentética, principalmente na norma brasileira, determinaram que palavras como *snooker* (inglês) e *schola* (latim) passassem à escrita ortográfica portuguesa como *sinuca* e *escola*, respectivamente. Outras regras são a da apócope e a da metafonia de fonemas, a partir da forma original, como em *for all* (inglês) que levou a "forró", processos verificados, também, na passagem histórica de *ep̄iscōpum* a "bispo", apenas para citar alguns dos exemplos mais conhecidos.

Regras contextuais, ou sintáticas, de arranjos ortográficos da língua portuguesa

Uso das letras consoantes:

1. Quase todas as letras consoantes ocorrem na posição 1 dos padrões silábicos descritos.
2. Apenas algumas letras consoantes ocorrem na posição 2 (r, l).
3. Raramente ocorrem outras consoantes na posição 2 (n, t, m, z, x).

4. Alguns dígrafos (rr, ss, sc, xc, xs) e o ç nunca ocorrem na posição inicial, ou final de palavra, nesta última hipótese, sem vogal de apoio.
5. Alguns dígrafos (lh e nh) raramente ocorrem em posição inicial de palavra e, quando ocorrem em posição final, a exemplo dos outros dígrafos, exigem a vogal de apoio.
6. As letras m e n, depois de vogal são sempre marca de nasalidade e têm restrição de ocorrência: m marca a nasalidade da vogal, antes de p e b, enquanto n ocorre nos demais ambientes, à exceção da vogal nasal átona final, ou ditonga nasal átona, marcados por m, ou pelo til (~), como em ganham, órfã e órfão.

Uso das letras vogais:

1. Todas as letras vogais, à exceção da letra a, representam tanto vogais como semivogais (e, i, o, u).
2. Apenas a letra vogal a funciona exclusivamente como vogal, oral ou nasal, átona ou tônica, formando, ou não, ditongo.

Avaliação de aspectos estruturais da escrita de prenomes levantados em listas de endereços eletrônicos e em noticiários escritos em geral, procedentes da mídia brasileira.

É importante registrar que o inventário de prenomes objeto deste estudo diz respeito a nomes próprios personativos, retirados de universos constituídos de nomes de brasileiros, com sobrenomes inquestionavelmente portugueses, como Moraes, Carvalho, Cordeiro, Santos, Oliveira, Pereira, Pinto, Silva, Souza, Vieira etc., ou seja, trata-se de prenomes de brasileiros, descendentes de brasileiros natos, sem sobrenomes provenientes de outras nacionalidades, portanto, sem motivações necessárias para adoção de critérios de escrita estranhos ao sistema ortográfico da língua portuguesa.

Da avaliação do *corpus*, cujos critérios de coleta já foram descritos neste trabalho, foram detectados os seguintes fenômenos:

- a) a primeira questão a ser apontada diz respeito à não aplicação das regras contextuais, ou da sintaxe gráfica portu-

guesa tradicional, como a descrição feita acima, o que, obviamente representa a não observância de sua gramática, uma espécie de DNA linguístico, que identifica o idioma, em sua singularidade consigo mesmo, apesar das transformações pelas quais passa, desde que ganha uma representação escrita.

- b) A segunda observação diz respeito à utilização das letras K, W e Y que substituem, respectivamente, C (antes de a, o, u), V, U, I, E, nessa nova e estranha sintaxe gráfica alienígena, incompatível com o próprio sistema ortográfico oficial.
- c) A duplicação de letras consoantes, notadamente de L, M, N e P, sem que se subordine a qualquer padrão, anglosaxão ou latino, e, nem mesmo, a uma suposta língua universal, espécie de esperanto. A duplicação de vogais também ocorre, porém em baixíssima frequência.
- d) A letra H aparece em posição inicial, como pronunciado em inglês, ou seguindo outras letras consoantes como T, P, em meio de palavras, ou em posição final, depois de vogal, generalizando, de forma inadequada, uma liberalidade do Acordo Ortográfico, em face de nomes próprios personativos de origem judaica ou palestina.
- e) Prenomes iniciados com as letras W, Y e K, com terminação em Y e W.

A relação abaixo, pela ordem alfabética das iniciais, ilustra as observações acima expostas.

Air, Albert, Alciira, Alexsandra, Alexsandro, Alinne, Allesandra, Alyne
Anabell, Andrey, Anna, Annelen, Antonielly, Arianna, Ariella, Átylla.

Bertholdo.

Christiane, Christopher, Clayton, Cleriman, Clerie, Cleyse, Christinna,
Cristiany, Cristhina.

Daisy, Dalvacy, Danielle, Danielly, Darwin, Dyandra, Danillo, Daphne,
Denyse, Dezihe, Dikson, Djhoni.

Edgleyton, Elcy, Elisabeth, Elizethe, Erick, Érika, Ellys, Elys, Ellen,
Emanuelle, Emmanuelle, Emirella, Enguellyes, Evelyn, Evelyne, Ewerton.

Fellippe, Francielle, Francyanne, Flanklin, Franklyn.
Gabriella, Gabrielle, Gennyanne, Geny, Geyza, Gilbert, Gilney, Giovanna,
Geovanni, Giselle, Giselly, Ghjregory, Gladness, Glaucianny, Gleicy,
Gleidy, Greyce, Gonçalbert.
Haryshon, Haynner, Haoni, Hellen, Herberth, Hellyda, Helton, Helyza,
Helyse, Herthon, Hitrack, Hygor, Ingrid.
Iramaya.
Jacqueline, Jamilly, Jaquelyne, Jessika, Johnns, Johnny, Joiary, Jonathan,
Josyane, Joyce, Juacyr, Juciley, Juracy, Jurandy.
Kalia, Karla, Karen, Karina, Karinny, Karlone, Karpov, Karynna, Kátia,
Katiúscia, Kattya, Keisvaldo, Keythanny, Kelby, Kellen, Kelly, Kênia,
Késia, Kethellen, Kethlynn, Keyl, Keittnee, Kilza, Kizy, Kleiton, Krisley.
Lamonnyel, Laryssa, Layane Lisy, Louise, Loylson, Lucineth, Leslie,
Leylson, Lucius, Lucymar, Lucynethy, Luhan, Luzineth, Lygia, Lys,
Lysiane.
Marcella, Marcellly, Margareth, Mariah, Marielle, Mariellen, Mariely,
Marianna, Mariethy, Marly, Mary, Maryane, Marynely, Matheus, Mathias,
Maxsuel, Maxuel, Mayara, Mayk, Maysa, Melanie, Maxwell, Michella,
Michell, Michely, Mirley, Moacy, Mirko, Myrian.
Nahada, Natanny, Nathainne, Natasha, Nathália, Nathalie, Nayara,
Nemerly, Neury, Newton, Nilziellen, Noemy, Neyara.
Polanne, Polyana, Priscilla, Rachel, Raphaela, Rakelly, Raphnne, Ranniery,
Raryanne, Raynner, Raymundo, Rebek, Reynaldo, Rhea, Rhobyson, Ricky,
Ridley, Rodney, Ronnan, Roosevelt, Rosefaire, Roselli, Rosemary, Roseny,
Rosivelty, Rudolf, Ruiller, Ruth, Ruy.
Sarah, Scheila, Serly, Sheila, Shirlene Suellann, Shusienne, Stefânia,
Suellen, Stefany, Stephani, Stelamaris, Stella, Stela, Suely, Suseth, Auyan,
Suzany, Susah.
Tayná, Talitha, Talyta, Tatyane, Tatyana, Tayla, Thabata, Thaine, Thaily,
Thainá, Thaís, Thaíssa, Thaíza, Thaísa, Thássia, Thaline, Thaynara, Thays,
Thiago, Thyago, Thiany, Thomas, Thompson.
Waldis, Valney, Wagner, Waldimir, Waldineth, Waldymara, Vannya, Vitor,
Ubiracy, Waléria, Walessa, Walkyria, Walderson, Wanessa, Wanya,
Wankley, Warrington, Washington, Welton, Wendell, Wdelson, Weliton,
Wellington, Welisson, Welson, Werciley, Wermirson, Wesley, Wildis,
Wilian, Wilza, Wilker, Willian, Willer, Wilma, Wilson, Waldymir.
Yale, Yara, Ytalo, Yslyg.

Conclusões

Do que acima se constata, tem-se a concluir:

1. As noções de língua portuguesa, idioma, sistema ortográfico, sistema de escrita etc. e até nacionalidade não orientaram, ao que parece, a escolha desses nomes, por parte dos pais, ou responsáveis, quando atribuíram aos nomeados seus respectivos prenomes, marca que os identifica para o restante de suas vidas.
2. O *corpus* é constituído, inteiramente de nomes de brasileiros natos, cuja ascendência não pode mais ser considerada estrangeira, dado que seus respectivos sobrenomes não transparecem, nem autorizam, tal enquadramento. Desse modo, a adoção de nomes com escrita estranha à das supostas línguas de partida e não adequada às regras de aportuguesamento, revela desconhecimento dos sistemas e indica um forte pendor à alodoxia intelectual e cultural, além de perda da intuição linguística que revela ao falante nativo aquilo que é e o que não é sua língua.
3. A personalização, exclusiva e excludente, na escrita de antropônimos no Brasil aponta uma direção *sui generis*, se se levar em conta a ruptura com os padrões tradicionais de representação gráfica dos nomes próprios personativos que, assim, adquirem um caráter tão extraordinariamente singular, único, que dispensariam, a rigor, qualquer acréscimo, para identificar seu dono, como nome do lugar de origem, filiação, títulos, qualidades atribuídas, patronímicos em geral.
4. Nessa perspectiva, rigorosamente, as pessoas caminham para a utilização apenas do prenome, como forma de identificação única, pelo menos no que tange à sua representação gráfica que, desse modo, mais se aproxima de uma representação semiótica semelhante a uma logomarca.
5. Inerente a esse processo de criação de nomes próprios personativos, cabe trazer aqui uma interessante observação,

resgatada por Castro (1987), do registro feito por Gonçalves Viana, em seus estudos de Fonética Portuguesa e da Ortografia Nacional, sobre a possibilidade de combinatória para a escrita de uma palavra como Hipólito, com observância da pronúncia convencional. Segundo ele, os “modos possíveis” de escrevê-la podem alcançar a casa de 192 formas. Cumpre, naturalmente, ao Sistema Ortográfico Oficial estabelecer aquela considerada correta, dentro da convenção.

6. Não bastassem as imensas dificuldades que enfrentam os usuários da língua portuguesa na produção de textos, longe de ampliar sua capacidade comunicativo-interacional, essa “onda” relega cada um a um individualismo, hermeticamente lacrado na logomarca que transforma um fenômeno de natureza sociointerativa, como a linguagem humana articulada, num conjunto de símbolos absolutamente individuais, incomunicativos, característicos de linguagens cifradas, criptográficas, próprias de códigos altamente confidenciais e secretos.
7. Afinal de contas, se é verdade que o povo faz sua língua, espera-se, obviamente, que, pelo menos, saiba distingui-la entre tantas.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. 5ª Edição. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 2009.
- BARBOSA, M. A. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções. *Cadernos de Terminologia*, CITRAT, FFCL-USP, São Paulo, 1994.
- BASÍLIO, M. Bases para o Estudo da Morfologia na Modalidade Escrita – Aspectos do Sistema Fonológico e do Sistema Gráfico da Língua Portuguesa. In: *Estudo de Lingüística e Língua Portuguesa*. Cadernos da PUC-RJ, nº 15, Rio de Janeiro, 1974.
- BIDERMANN-PASQUES, L. & HUMBLEY, J. La reception de mots anglais dans les journaux français: l'application de quelques principes d'harmonisation graphique, *Langue Française*, 108, Larousse, Paris, 1995.
- BRASIL. *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, de 1990, com os adendos dos Decretos nºs 6.583, 6.584 e 6.585, de 29 de setembro de 2008, extraídos da página oficial do Governo Brasileiro. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2011.
- CÂMARA JR. J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CASTRO, I. et al. A Demanda da Ortografia Portuguesa. Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1987.
- HONVAULT, R. Statut linguistique et gestion de variation graphique. *Langue Française*, 108, Paris, Larousse, 1995.
- LESSA, C. Globalização e crise: alguma esperança? *Ciência Hoje*, Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2000.
- LOPES, E. *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*. Cultrix: São Paulo, 1977.
- NEF, Frédéric. Le Langage. *Une approche philosophique*. Paris: Bordas, 1993.
- SABOIA, A. M. T e outros. Ortografia portuguesa, estrangeirismos e globalização. In: *Veredas – Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, Portugal, vol. 4, 2001.

_____. Variação ortográfica diacrítica e supra-segmental da língua portuguesa. In: *Zeitschrift zur portugiesischsprachigen Welt*. Trad. *O Português no Brasil*. Aspectos sincrônicos e diacrônicos, 2º vol., Verlag für Interkulturelle Kommunikation, Franckfurt, 2001.

SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. Tradução. São Paulo: EDUSP/Cultrix 1977.

VIANA, A..R. G. *Ortografia Nacional*. Lisboa, 1904.